



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#18 SET/2012

Greve na Unifesp Guarulhos durou cinco meses:

É preciso continuar a luta e exigir a construção do novo prédio! Nenhuma punição aos estudantes e fim dos processos políticos!

Os estudantes da Unifesp Guarulhos permaneceram em greve cinco meses numa forte mobilização em defesa do ensino público. Em 2007, ano de fundação do campus, já havia resistência ao Reuni, projeto petista de mercantilização e precarização da Universidade. Em 152 dias, o movimento foi duramente reprimido com invasões da Universidade pelas polícias militar e federal, prisões, processos judiciais e sindicâncias contra os estudantes.

Esses estudantes foram a ponta de lança do movimento nacional, sendo os primeiros estudantes a entrar em greve e a radicalizar utilizando do método coletivo da ação direta para se impor frente à intransigência da Reitoria e à violência do Estado, com objetivo de conquistar as reivindicações de interesse da maioria que estuda e trabalha na Universidade.

A volta ao trabalho dos docentes foi decisiva para o fim da greve dos estudantes. Muitos estudantes favoráveis à continuidade da greve não estavam presentes à assembleia, os “fura greve” estavam em peso para votar o fim da paralisação. A proposta do PSTU de se ter apenas um ponto de pauta (“situação do campus”) esvaziou o debate político da assembleia que tinha a proposta inicial de realizar avaliação do movimento e da negociação da pauta de reivindicação. Esta proposta possibilitou tornar a assembleia num plebiscito dos favoráveis e dos contrários à greve, sem o debate político necessário.

Desde o início, a Reitoria e o governo não negociaram efetivamente com os grevistas, mantiveram os processos judiciais e as sindicâncias criminalizando o movimento estudantil. A prorrogação da licitação do prédio em 16 agosto, e o fracasso do processo licitatório no dia 27 do mesmo mês são amostras de que a “negociação” não passou de uma mera formalidade. Após a invasão do campus pela polícia militar, o Reitor foi obrigado a receber os estudantes para dizer que estava preocupado com o atual quadro de crise na Universidade.

É preciso retomar a mobilização e intensificar a defesa dos lutadores contra os processos políticos e continuar exigindo da burocracia a pauta de reivindicação ainda não atendida. A burocracia universitária

usou a solicitação elitista de um grupo de professores de saída da Unifesp dos Pimentas para São Paulo ou para o centro de Guarulhos para tirar o foco das reivindicações dos estudantes.

Mas é preciso apontar também qual foi desde sempre o objetivo de um setor da burocracia universitária, desde a implantação da universidade no bairro, e que só se revelou quando surgiu formalmente a proposta de mudança para São Paulo. O fato é que a implantação da universidade num local empobrecido e distante atendeu a uma política de expansão do governo, acordada com a prefeitura local, e com claro interesse eleitoral.

Diante disso, um núcleo burocrático, de posição elitista, contrário à instalação da Unifesp nos Pimentas, passou a agir contra qualquer medida que fortalecesse a construção do campus no local. Sabotou como pôde o atendimento da reivindicação da população local de ter a universidade no bairro, bem como as reivindicações estudantis. A greve de 2012 provou a necessidade de condições elementares negadas pela burocracia. O governo se mostrou disposto a construir o reivindicado prédio. Foi então que o núcleo burocrático mais reacionário expôs seu objetivo de levar a Unifesp para São Paulo.

A licitação não atraiu nenhuma empreiteira, o que mostra que nunca houve vontade real de construir o prédio. O governo federal se mostrou incapaz de se impor diante da burocracia elitista. O destino da universidade dos Pimentas depende da derrota dessa casta burocrática para manter a Unifesp em Guarulhos. Essa tarefa cabe ao movimento estudantil em unidade com a população assalariada da região.

A luta dos estudantes da Unifesp de Guarulhos enxergou além da necessidade de se ter um prédio para estudar, questionou também a estrutura de poder e o caráter de classe burguês da Universidade. A burguesia e o seu governo não admitem questionamentos à sua política privatista para o ensino, por isso persegue a vanguarda do movimento estudantil. Há que se defender irrestritamente os companheiros, os direitos de greve e de liberdade de manifestação política.

Manter a greve e unificar a luta para combater o governo privatista que destrói a educação pública

O governo de Dilma/PT tenta acabar com o movimento das universidades federais, que há mais de 100 dias está em greve. A principal tática adotada é a negociação em separado com os diferentes setores, apoiando-se no corporativismo das direções, e na intimidação do corte de ponto.

A princípio, tentou negociar apenas com os professores, impondo a abertura da negociação com os técnico-administrativos para depois. No dia 03 de agosto, a direção governista do Proifes trai o conjunto dos professores em greve e assina o acordo com o governo, que des-

de então deu por encerrada as negociações. No dia 22 de agosto, o governo fecha acordo com a FASUBRA em separado do SINASEFE (sindicato nacional dos servidores em educação básica), sob o engodo de uma melhoria no plano de carreira que beneficiaria efetivamente uma parcela pequena dos servidores.

A negociação das pautas estudantis com o governo nem sequer foi aberta. O governismo da direção majoritária da UNE (PCdoB) a faz renegar a luta dos estudantes de dezenas de instituições federais em greve, servindo aos interesses do grande capital, que a estimula a sair

na dianteira da defesa das instituições privadas. A ANEL limitou suas críticas ao Reuni, não a expandindo à política geral do governo, que é privatista. Tornou-se direção do Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE), implantando o distracionismo dos “10% do PIB para a educação pública já”, e agora comparece diante do movimento defendendo o fim da greve, desativando o CNGE, servindo de colaborador do governo federal que a todo custo tenta acabar com a greve.

O êxito da manobra do governo se deu por que uma das fraquezas desse movimento é a ausência de uma unidade real. Somente um bloco coeso e massivo é capaz de enfrentar e responder a altura os ataques do governo. E a unidade se dará ao redor da bandeira de defesa do ensino público, que concretamente se realiza defendendo a expropriação de toda a rede privada de ensino. Os diferentes setores deveriam ser intransigentes à mesa de negociação com o governo, impondo a unidade: somente se negocia se estiverem presentes os três setores: estudantes, professores e servidores.

A força do movimento depende dessa unidade e de sua capacidade de tomar as principais ruas e avenidas do Brasil. A pressão parlamentar revela sua impotência. Não podemos mais acreditar que a pressão sobre senadores e apresentação de contrapropostas nas instâncias governamentais surtirá efeito favorável ao movimento. Não é a disposição em negociar que fará com que o governo atenda as reivindicações. Elas serão conquistadas com luta, com choque, ocupa-

ções, atos piquetes, passeatas etc.

Os estudantes são a força social capaz de superar essas limitações e projetar o movimento nas ruas, convocando os demais explorados a engrossarem a marcha em defesa da educação pública. É necessário buscar a unidade com todos os servidores e operários em greve. A causa que impulsiona as diversas paralisações é a mesma: o Estado burguês ataca as massas para defender os interesses dos capitalistas. Todo apoio e pela incorporação à greve dos operários e do funcionalismo público contra o arrocho salarial e em defesa da vida desses trabalhadores!

A crise que vivenciamos faz com que se intensifique a opressão sobre os explorados. O Reuni e seu caráter privatista, elitista e de precarização se mantém. O movimento estudantil deve continuar a luta para destruí-lo. O fim da greve e o retorno à sala de aula fortalecem os nossos inimigos. Permite a intensificação dos ataques ao caráter público da universidade e aumentará a repressão aos movimentos, a começar pela condenação de muitos lutadores que foram presos pela polícia e agora carregam o peso de processos criminais e administrativos. O fim da repressão deve ser parte da reivindicação do movimento.

Fim ao Reuni! Pela Expropriação, sem indenização, de toda a rede privada de ensino! Pela unidade de luta para enfrentarmos o governo e sua política de favorecimento do grande capital e destruição do ensino público! Pela manutenção da greve para conquistarmos nossas reivindicações!

A greve é um instrumento próprio da classe operária na luta contra os exploradores

A onda grevista que tomou conta do funcionalismo público federal insurge contra o corte de gastos que o governo petista de Dilma Rousseff vem implementando sobre os salários dos servidores e serviços sociais. Os docentes das universidades federais foram a primeira grande categoria a cruzar os braços para exigir reajustes salariais que contemplassem a reposição de anos de perdas acumuladas e o aumento real e melhorias nas condições de trabalho destruídas pelo Reuni. Posteriormente saíram em greve mais de 30 setores do funcionalismo público somando mais de 300 mil trabalhadores mobilizados contra a austera política do governo petista. A dura resposta do governo veio com o não atendimento das reivindicações salariais, corte de ponto, repressão e imposição de proposta rebaixada, jogando com o plano de carreira que divide os trabalhadores e coloca a ação individual acima da coletiva para alcançar melhores salários.

Setores operários também saíram à luta por reajuste salarial e contra as precárias condições de trabalho. No Complexo Industrial de Suape, em Pernambuco, que reúne 51 mil operários nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima e na petroquímica Suape, as

greves foram radicalizadas diante da intransigência das empreiteiras e de difícil controle por parte da burocracia sindical, que colaborou com o patronato na negociação de acordos às costas dos operários e na delação de grevistas, resultando em demissões políticas. Houve também no início do ano greves nas Usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, com os mesmos aspectos. O aprofundamento da crise econômica e seus reflexos no país levam uma grande parcela do proletariado nacional a se levantar contra a dura exploração capitalista.

A mobilização estudantil, portanto, ocorre em meio a um quadro de crise econômica e greves nacionais de diversos setores do operariado e do funcionalismo público federal. Porém, elas estão direta ou indiretamente vinculadas à produção e circulação de mercadorias, levando os capitalistas a pressionar o Estado burguês para destruí-las, usando em muitos casos a violenta força policial. O estudante por ser um setor desvinculado da produção social, não consegue, apenas com a paralisação das aulas, causar esse impacto, sendo essencial para conquista das reivindicações sua combinação com outras medidas de ação direta: mobilizações de rua e ocupações, e unidade com a luta da classe operária.

É preciso combater a expansão do Ensino a Distância do governo paulista!

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) surgiu em 2008 como um programa de expansão do ensino superior através das modalidades on-line e semipresencial. Agora, o governador de São Paulo revelou o objetivo de transformar o programa numa fundação. Para isso, criou uma comissão especial com a atribuição de apresentar em outubro a minuta da proposta de estatuto.

A Univesp deverá ter até 40 docentes fixos, sendo 35 professores doutores e cinco titulares e tem como uma de suas metas atender mais de 24 mil estudantes em menos de quatro anos. Esses números desnudam os verdadeiros interesses do governo estadual: economizar recursos com a Educação e ainda realizar demagogia eleitoral de expansão de vagas.

A manobra política, contudo, não é nova. O próprio PSDB em São Paulo já vem aplicando a fórmula, assim como faz o governo federal com a UAB (Universidade Aberta do Brasil). O contingenciamento de verbas é determinado pelo imperialismo, sendo aplicado à risca pela burguesia nacional submissa. A crise econômica obriga os governos a dirigir o má-

ximo de recursos para garantir os negócios dos grandes monopólios.

O governo defende a Univesp enaltecendo o uso intenso de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Concretamente haverá a substituição da modalidade presencial, em detrimento do investimento em infraestrutura, salários e demais aspectos necessários para a sustentação das instituições de ensino. O que o governo não fala é sobre a fonte de lucros inesgotável, com a criação de um mercado para empresas especializadas na oferta dos programas, hardware e profissionais. Os contratos desse gênero costumam somar os milhões.

Nós, da Corrente Proletária, rechaçamos o Ensino a Distância (EaD) e, conseqüentemente, a Univesp. Essa excrescência é mais um aspecto dentro da política privatista dos governos estaduais e federais, de beneficiamento de diversas naturezas: isenção fiscal, perdão de dívidas, e agora o ensino a distância que combina ganho máximo com o menor custo. A greve de mais de 100 dias das universidades federais escancara essa política tamanha é a profundidade da precarização em que se encontram.

XI Congresso de Estudantes da USP: democratização x real autonomia universitária

A direção do DCE convocou um Congresso com o tema “Democracia na USP”, em oposição às bandeiras e métodos de luta do movimento do final de 2011 (Fora PM do campus! Fim dos Processos políticos contra estudantes e trabalhadores! Fora Rodas!), defendidas com manifestações de rua massivas, atos e greve estudantil. Essa oposição se deu concretamente em vários momentos: no início de 2012, na recepção dos calouros pelos CAs controlados majoritariamente pelo PSol e PSTU, numa campanha antigreve e pela organização do Congresso; na diluição da convocação dos atos em defesa dos processados políticos nas atividades pré congressuais para discutir diretas e estatuinte e na votação no Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) e na Assembleia geral de estudantes a proposta de que o Congresso não tivesse como tema as pautas de 2011.

O movimento se esvaziou após um grande esforço das direções desde a recepção aos calouros. O Congresso foi organizado num CCA no final de maio. A eleição de delegados ocorreu duas semanas antes e após as férias, com parca divulgação das datas de inscrição e eleição das chapas concorrentes às delegações, que se deram antes das inscrições de teses, colocando a discussão de programa e propostas em segundo plano, predominando as relações de amizade e de controle dos CAs.

O Congresso elegeu cerca de 400 delegados, sob um regimento que limitou a participação de cursos massivos em 60 delegados, como a Letras, cujas forças de oposição à direção do DCE são mais enraizadas. Participaram cerca de 230, a maioria ligada às correntes dirigentes do DCE e CAs, em primeiro lugar o PSol, seguido pelo PSTU. Independentes e demais correntes de esquerda configuraram uma minoria no Congresso.

Um sintoma grave desse Congresso foi o rechaço a que os processados políticos tivessem um representante na mesa de abertura, com o argumento da ilegitimidade da comissão dos presos. É um veto político, num Congresso sobre Democracia.

Foi um congresso marcado pelo burocratismo e pelo autoritarismo, a começar pela plenária inicial em que foi proibida a apresentação de quatro propostas de alteração do regimento. Na sistematização, propostas foram eliminadas e extensos textos foram elaborados, como o de conjuntura, que nem ao menos foi tema de um GD. Na plenária final, a mesa composta por membros da direção do DCE, quis vetar as declarações de abstenção, mas foi derrotada. A investida para calar a oposição também se deu na tentativa de impedir que um companheiro, que não poderia ficar até o final do Congresso, desse os informes do movimento da Unifesp de Guarulhos.

Os traços burocráticos do Congresso expressam a política da direção que o convocou. Para que um congresso seja democrático, depende da participação massiva da base estudantil e que se expresse em seu interior uma política proletária, ou seja, de impulso à mobilização pelas reivindicações e de choque com a burocracia, os governos e os capitalistas. A necessidade da democracia estudantil está ligada

às bandeiras e métodos de luta que se empregam. Uma direção que tem uma política de conciliação com a burocracia, de “se enfiar na estrutura de poder”, como foi confessado por um militante do PSol, não pode se fundamentar na democracia estudantil, tem de controlar, de burocratizar o Congresso.

Uma das votações centrais foi a “Democratização da universidade” versus “Sem autonomia universitária não há real democracia universitária”. Para a Corrente Proletária, essa votação é estratégica. Opomo-nos à bandeira da “democratização” não porque ela seja de reforma. A bandeira de autonomia universitária é de reforma e a defendemos. A “democratização”, no entanto, conduz à preservação da atual estrutura de poder, modificando-a em aspectos que não alteram em nada a sua essência, a de instrumento para impor o controle dos governos e da burguesia sobre a universidade.

A democracia universitária só pode se realizar sob o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham. Ou seja, com a real autonomia universitária. É eliminando o controle da classe dominante minoritária na sociedade sobre a universidade que se poderá impor a vontade e decisões da maioria. Por isso, a defesa da “democratização” distrai, desvia, dilui a luta pela real democracia na universidade para uma política de conciliação com o autoritarismo vigente. Na prática, a política de democratização auxilia a burocracia a se preservar no poder e exercê-lo de forma antidemocrática.

A “democratização” consiste em aumentar a participação de estudantes e funcionários na atual estrutura de poder. É apresentada por meio das bandeiras de eleição paritária para reitor, paridade nos conselhos e reforma estatuinte. A escolha do reitor permite apenas que se manifeste acerca dos nomes apresentados pela burocracia dirigente da universidade. Sequer há uma decisão real, porque o peso que se dá ao voto dos professores pela “paridade” permite que a casta burocrática continue decidindo, à revelia da maioria estudantil. E uma reforma dos estatutos discutida sob o autoritarismo vigente sequer pode tomar decisões democráticas, que serão condicionadas pelas determinações da autoridade vigente desde a escolha de delegados até à sua participação. Menos ainda será soberana, porque no final as decisões continuam nas mãos da burocracia e governo.

A democracia universitária só pode se realizar sob o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham. Ou seja, com a real autonomia universitária. É eliminando o controle da classe dominante minoritária na sociedade sobre a universidade que se poderá impor a vontade e decisões da maioria. Por isso, a defesa da “democratização” distrai, desvia, dilui a luta pela real democracia na universidade para uma política de conciliação com o autoritarismo vigente. Na prática, a política de democratização auxilia a burocracia a se preservar no poder e exercê-lo de forma antidemocrática. Isso se pode ver na prática e agora: diante das medidas autoritárias (processos políticos) e de maior ingerência externa sobre a universidade (PM no campus), os defensores da democratização se opõem a lutar contra, apresentando em oposição a essa resposta a campanha por democracia em abstrato.

A Corrente Proletária se coloca pela real autonomia universitária, condição para a real democracia universitária, e que só pode se concretizar com o controle coletivo pelos que estudam e trabalham, em oposição a qualquer ingerência estatal, ao estado cabe apenas fornecer as verbas necessárias ao funcionamento. Essa autonomia tem por base a soberania da assembleia geral universitária, com voto universal.

PARAÍBA / Estudantes da UFCG criam comando de mobilização estudantil

Foi criado um comando de mobilização na UFCG a partir de uma necessidade de centralizar e por em prática as deliberações de assembleia, num processo de movimento estudantil nacional. A principal campanha no momento é a luta para impedir a privatização dos Hospitais Universitários, via EBSERH.

A constituição deste espaço foi tardia, uma vez que a diretoria do DCE/PCR freou a luta estudantil nos três primeiros meses da greve e evitou a centralização dos movimentos que já ocorriam isoladamente nos cursos. Sua criação também procura corrigir o artificialismo na participação no Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE), uma vez que no último mês houve disputas sobre o envio de delegados, sem que houvesse um movimento real na própria UFCG e sem que fosse defendida em Brasília a pauta local e nacional definida em assembleia estudantil. As reivindicações estudantis aprovadas combinam as lutas cotidianas por infraestrutura e permanência com a defesa de um sistema único de ensino, público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social; defende a ampliação da participação estudantil na definição dos rumos da universidade, o voto universal e o fim do vestibular. É importante demarcar que o Comando foi criado

pela assembleia e que não a substituiu, por isso está subordinado às deliberações desta instância máxima de deliberação.

Tais bandeiras deveriam ser ecoadas no CNGE para que o contexto da Greve Nacional das Federais fosse um ponto de partida para uma poderosa campanha em defesa do acesso de toda a juventude a todos os níveis de ensino. Infelizmente, diante do atraso da organização estudantil local, perdeu-se esta oportunidade. Representantes do CNGE avisaram para não mais mandarmos delegados, pois vão desativar o CNGE nos próximos dias. Isto demonstra o artificialismo da ANEL e sua subordinação à política do PSTU que tenta desarmar a greve há pelo menos três semanas. O CNGE agora tenta justificar grandes vitórias da greve estudantil com reivindicações que nem mesmo foram atendidas, como o circular interno da UFBA ou vitórias parciais que não estiveram diretamente vinculadas com a greve nacional. Mesmo as bandeiras priorizadas pela ANEL (R\$2 bilhões para o Programa Nacional de Assistência Estudantil e 10% do PIB para a educação já) não respondem aos problemas centrais da educação. É necessário fazer um balanço crítico desta greve estudantil para avançarmos superando o burocratismo e divisionismo.

PARAÍBA / PCR usa do aparato repressivo para garantir chapa única nas eleições do DCE da UEPB

No dia 04 de agosto, em plenas férias escolares, foi convocado um COEB (Conselho de Centros Acadêmicos) para decidir sobre as eleições para o DCE da UEPB. O regimento foi divulgado apenas no blog do DCE três dias depois. O fim das inscrições de chapa seria no dia 17/08. Estudantes do Centro Acadêmico de Serviço Social souberam do processo apenas dia 13/08, quando as aulas voltaram, e, juntamente com outros Centros Acadêmicos, foram questionar os diretores do DCE e criaram o M.U.D.E. (Movimento Universitário pela Democratisação Estudantil), composto por integrantes da UJS/PCdoB.

No dia 17, o M.U.D.E. foi protocolar um pedido de prorrogação dos prazos das eleições, mas foi recusado pela comissão eleitoral. O PCR, que é parte majoritária na comissão e membro da diretoria do DCE, chamou a polícia e seguranças para tentar dispersar a oposição

e garantir a inscrição de chapa única, do PCR, para as eleições do DCE. O MUDE acionou a justiça burguesa e conseguiu uma liminar proibindo a realização das eleições, ou seja, utilizaram da via legal, ao invés da ação direta, que mobilizaria a base estudantil ao redor de uma ampla campanha pela democracia estudantil. Enquanto o PCR utiliza o aparato repressivo do estado burguês contra seus opositores, a UJS corre atrás da justiça burguesa.

É tarefa do movimento estudantil da UEPB construir uma oposição programática. Que se estruture uma oposição a partir de plenárias abertas, amplamente convocadas que debatam um programa que expresse a independência do movimento estudantil em relação aos governos federal, estadual e à reitoria, que tome como ponto de partida as reivindicações mais sentidas da juventude e dos trabalhadores.



Formação política

Nessa edição do boletim nacional, decidimos publicar um excerto de autoria de Guillermo Lora, dirigente do POR da Bolívia, morto em 2008, sobre a questão da autonomia universitária. Trata-se de um tema de grande relevância para o momento, especialmente devido às experiências do movimento estudantil na USP, onde a direção do DCE tem colocado a discussão sobre a "democracia" à margem do problema da autonomia, mas também na Unifesp de Guarulhos, onde a repressão tem sido empregada para tentar dobrar a resistência estudantil aos planos privatistas e elitistas da reitoria e do governo federal.

Universidade politicamente controlada pelo Executivo

O controle político da universidade por parte do poder executivo, para ser efetivo, deve começar com a destruição da autonomia, considerada como autogoverno universitário e, com a seleção conforme um critério partidário sectário do corpo docente. Estas medidas que erroneamente podem ser taxadas de acadêmicas, são insuficientes para a obtenção de tais objetivos, é preciso complementá-las com a quebra da vontade dos estudantes, para que se submetam às decisões governamentais, obrigando à implementação de medidas repressivas. Na prática, a universidade politicamente controlada pelo Executivo só pode funcionar se consegue dizimar a resistência dos estudantes (por isso, as orientações pedagógicas devem ser complementadas com medidas repressivas), expulsar os "perigosos" e integrá-los aos projetos governamentais.

A seleção dos docentes pelo Poder Executivo tem como consequência inevitável a queda do nível pedagógico das universidades. O governo central não escolhe os melhores (para isso seria necessário respeitar as idéias políticas dos professores e garantir a efetividade da liberdade de cátedra) senão os mais obedientes. Desta forma, a inaptidão se apo-

dera da universidade alimentada pelo favorecimento político.

A perseguição policial de professores e alunos cria um ambiente de terror, medo e incerteza (ambiente favorável para imposição da política do governo) que não permitem a livre expressão das idéias e o confronto entre elas, levando à inferiorização do ensino. Os professores se limitam a expor as doutrinas que são gratas ao ditador, e, portanto, doutrinas totalmente reacionárias. A existência de um regime totalitário que controla a universidade não lhe permite transformar-se no cenário de difusão de ideias e de sua discussão, pois este simples fato pode atentar contra a segurança da ditadura e adquirir uma indiscutível projeção política.

A universidade vive na sociedade, se levanta sobre a estrutura econômica. Sua verdadeira natureza está determinada, em último termo, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes tem influência decisiva sobre ela. Quer queira quer não, tudo que faz ou deixa de fazer tem relação com as classes sociais em luta, ou seja, é parte da política reacionária ou revolucionária. É fácil compreender que a sorte da universidade tem que ser decidida no marco da luta de classes.